



PARTE H

GESCAVAL — GESTÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE DESPORTO, CULTURA E LAZER, E. M.

Relatório n.º 13-A/2007

Conservatória do Registo Comercial do Cadaval. Matrícula n.º 1/020417; identificação de pessoa colectiva n.º 505886758.

Maria Leonor Domingos Rodrigues Gabriel Cordeiro, ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Cadaval:

Certifica, para fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, que em relação à sociedade em epígrafe ficaram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas dos anos de 2002, 2003 e 2004.

Conferida, está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Cadaval, 12 de Dezembro de 2005. — A Ajudante, *Maria Leonor Domingos Rodrigues Gabriel Cordeiro*.

Relatório e contas de 2002

Relatório do conselho de administração

Através do presente relatório de gestão, vem o conselho de administração da empresa, dar conhecimento à Câmara Municipal do Cadaval e terceiros que com a empresa têm relações, de alguns aspectos que considera mais relevantes e relacionados com a actividade desenvolvida pela Gescadaval — Gestão de Instalações e Equipamentos de Desporto, Cultura e Lazer, E. M., no exercício de 2002.

1 — Evolução da actividade da empresa

Sendo este o ano de lançamento, a actividade da empresa não se encontra ainda optimizada. A Piscina Municipal tem já uma taxa de ocupação razoável, mas ainda distante do pretendido. A esmagadora maioria dos utentes são estudantes, sendo o montante recebido pela sua utilização da piscina inferior ao dos restantes utentes.

O Museu Municipal encontra-se em funcionamento desde dia 12 de Outubro, não tendo sido possível até ao momento obter qualquer fonte de receita ou financiamento para o mesmo.

O parque de campismo rural da Serra do Montejunto não obteve em 2002 qualquer rendimento, prevendo-se para a primavera de 2003 o início da exploração.

O bar do parque de merendas da Serra do Montejunto está a ser concessionado pelo período de três anos. Relativamente ao bar da piscina municipal, não foi ainda possível efectuar a sua exploração ou concessão.

No que diz respeito à organização de eventos, o ano 2002 pautou-se por participações nos eventos organizados pela Câmara Municipal. Prevê-se para o ano 2003 um incremento nesta área.

Não é possível efectuar qualquer comparação com a actividade desenvolvida em anos anteriores. No entanto, prevê-se para o ano de 2003 e seguintes uma optimização dos recursos.

Os resultados obtidos neste primeiro ano (— 56 942,72 euros) ficam bastante distantes dos resultados previsionais apresentados no estudo de

viabilidade económica da empresa, concluindo-se que este continha valores bastante desfasados da realidade. Verifica-se que, os proveitos são muito inferiores e os custos bastante superiores aqueles apresentados no estudo.

As principais razões apresentadas para tal resultado líquido são:

Ano de lançamento da empresa municipal, levando a que o número de utentes da piscina municipal fosse inferior ao previsto. Relativamente aos outros espaços geridos pela empresa não foi ainda possível rentabilizá-los; Problemas de construção e instalação na piscina municipal, provocando custos não previstos nem esperados;

Como a prática da natação por parte das escolas é encarada pela Câmara Municipal do Cadaval tendo em conta o aspecto social, o valor participado pela mesma à Gescadaval, E. M., é inferior ao valor cobrado aos restantes utentes;

Sendo o Museu Municipal um espaço sem quaisquer fontes de receita, tem dois postos de trabalho. No entanto, um deles é optimizado, funcionando como administrativo da Gescadaval, E. M.

2 — Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

3 — Evolução previsível da actividade

O conselho de administração considera que no exercício de 2003 a empresa conseguirá melhorar a rentabilização da Piscina Municipal e do Parque de Campismo Rural da Serra do Montejunto.

4 — Breve análise da situação económico-financeira da empresa

Em termos de análise de curto prazo, verifica-se que a empresa sobrevive com limitações de tesouraria.

5 — Dívidas à administração fiscal e ao centro regional de segurança social

A empresa não tem em mora qualquer dívida à administração fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 — Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração propõe que o resultado líquido do exercício, negativo no montante de 56 942,72 euros, seja transferido na sua totalidade para a conta de resultados transitados.

7 — Agradecimentos

O conselho de administração da empresa aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Cadaval, 11 de Fevereiro de 2003. — O Conselho de Administração: *Aristides Lourenço Sécio — José Bernardo Nunes — Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa*.

Balanço sintético em 2002

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		2002			2001
CEE	POC	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
C					
		Imobilizado:			
I	43+443+449	Imobilizações incorpóreas	2 079,63	693,14	1 386,49
II	42+442+448	Imobilizações corpóreas	5 961,13	1 133,59	4 827,54
III	41+441+447	Investimentos financeiros	—	—	—
			<u>8 040,76</u>	<u>1 826,73</u>	<u>6 214,03</u>

Código das contas					(Em euros)
CEE	POC		2002		2001
			Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
D		Circulante:			
I	32 a 37	Existências:			
II		Dívidas de terceiros:			
		Médio e longo prazos	—	—	—
	21+22+24/6	Curto prazo	6 736,61	—	6 736,61
III	15+18	Títulos negociáveis	—	—	—
IV	11 a 14	Depósitos bancários e caixa	2 042,66	—	2 042,66
			13 178,67	—	13 178,67
E	27	Acréscimos e diferimentos	3 907,84		3 907,84
		<i>Total do activo</i>	25 127,27	1 826,73	23 300,54

PASSIVO

Código das contas				2002	2001
CEE	POC				
A		Capital próprio:			
I	51	Capital		49 879,79	—
		Acções (quotas) próprias:			
	521	Valor nominal		—	—
	522	Prémios e descontos		—	—
	53	Prestações suplementares		—	—
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas)		—	—
III	56	Reservas de reavaliação		—	—
IV		Reservas:			
	571	Legais		—	—
	572/6+58	Outras		—	—
V	59	Resultados transitados		—	—
		<i>Subtotal</i>		49 879,79	—
VI	88	Resultado líquido do exercício		(56 942,72)	—
	89	Dividendos antecipados		—	—
		<i>Total do capital próprio</i>		7 062,93)	—
B 29		Provisões para riscos e encargos		—	—
C21/6		Dívidas a terceiros:			
		Médio e longo prazos		—	—
		Curto prazo		17 769,38	—
		<i>Subtotal</i>		17 769,38	—
D 27		Acréscimos e diferimentos		12 594,09	—
		<i>Total do passivo</i>		30 363,47	—
		<i>Total do capital próprio e do passivo</i>		23 300,54	—

O Conselho de Administração: Aristides Lourenço Sécio — José Bernardo Nunes — Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa.

Demonstração sintética dos resultados em 2002

CUSTOS E PERDAS

Código das contas				2002	2001
CEE	POC				
A					
2.a)	61	CMVMT	31 777,96	—	—
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos	29 764,53	61 542,49	—

(Em euros)

Código das contas			2002		2001	
CEE	POC					
3		Custos com o pessoal:				
3.a)	641+642	Remunerações	46 465,68		—	
3.b)	643/8	Encargos sociais	9 988,42	56 454,10	—	—
4.a)	66	Amortiz. de imobiliz. corpóreo e incorpóreo	1 826,73		—	
4.b)	67	Provisões	—	1 826,73	—	—
5	63	Impostos	70,00		—	
5	65	Outros custos operacionais	54,87	124,87	—	—
		(A)		119 948,19		—
6	661+683+684	Amort. e provisões de aplic. e inv. financeiros	—		—	
7	681+...	Juros e custos assimilados	82,50	82,50	—	—
		(C)		120 030,69		—
10	69	Custos e perdas extraordinárias		—		—
		(E)		120 030,69		—
8+11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício		—		—
		(G)		120 030,69		—
13	88	Resultado líquido do exercício		(56 942,72)		—
				63 087,97		—

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas			2002		2001	
CEE	POC					
B						
1	71+72	Vendas e prestações de serviços		60 368,03		—
2		Variação da produção	—		—	
3	75	Trabalhos para a própria empresa	—		—	
4	74	Subsídios à exploração	—		—	
4	73+76	Proveitos suplementares e outros	2 680,37	2 680,37	—	—
		(B)		63 048,40		—
5	784	Rendimentos de participações de capital	—		—	
6	7812+7815...	Rendimento de títulos de negociação e outras aplicações financeiras	—		—	
7	7811+7813...	Outros juros e proveitos assimilados	39,57	39,57	—	—
		(D)		63 087,97		—
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		—		—
		(F)		63 087,97		—

Resumo:

Resultados operacionais (B)–(A) =	(56 899,79)	—
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	(42,93)	—
Resultados correntes (D)–(C) =	(56 942,72)	—
Resultados antes de impostos (F)–(E) =	(56 942,72)	—
Resultado líquido do exercício (F)–(G) =	(56 942,72)	—

O Conselho de Administração: Aristides Lourenço Sécio — José Bernardo Nunes — Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa.

Relatório e parecer do fiscal único

Em cumprimento com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso relatório sobre a fiscalização das contas de Gescadaval — Gestão de Instalações e Equipamentos de Desporto, Cultura e Lazer, E. M., referente ao exercício de 2002.

Ao longo do exercício, acompanhamos regularmente a actividade da empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato da sociedade.

A administração e os serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

O relatório de gestão explana, com suficiente clareza, a situação da empresa durante o exercício.

Consideramos que o balanço, a demonstração dos resultados e dos fluxos de caixa e os respectivos anexos satisfazem os preceitos legais e estatutários, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício e apresentam correctamente a situação financeira da empresa, como indicado na certificação legal das contas.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas correspondem à correcta avaliação do património social.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização da sociedade.

Posto o que o fiscal único deliberou formular o seguinte parecer:

Procedemos à fiscalização da administração de Gescadaval — Gestão de Instalações e Equipamentos de Desporto, Cultura e Lazer, E. M., em resultado do qual somos de parecer que:

a) Aproveis o relatório de gestão e as contas referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2002;

b) Aproveis a proposta da administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2003. — O Fiscal Único, A. Paredes, A. Oliveira e M. Branco — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Armando Nunes Paredes*.

Relatório e contas de 2003

Relatório do conselho de administração

Através do presente relatório de gestão, vem o conselho de administração da empresa, dar conhecimento à Câmara Municipal do Cadaval e terceiros que com a empresa têm relações, de alguns aspectos que considera mais relevantes e relacionados com a actividade desenvolvida pela Gescadaval — Gestão de Instalações e Equipamentos de Desporto, Cultura e Lazer, E. M., no exercício de 2003.

1 — Evolução da actividade da empresa

Após o ano de lançamento, a actividade da empresa sofreu em 2003 uma ligeira evolução.

A piscina municipal tem já uma taxa de ocupação razoável, tendo aumentado o número de utentes, mas ainda distante do pretendido. A esmagadora maioria dos utentes são estudantes, sendo o montante recebido pela sua utilização da piscina inferior ao dos restantes utentes.

O Museu Municipal não proporciona a realização de receitas, exigindo da empresa municipal elevados encargos, provenientes essencialmente dos custos com o pessoal.

O parque de campismo Rural da Serra do Montejunto iniciou a sua exploração em Julho de 2003. No entanto o valor da facturação é manifestamente insuficiente, não suprimindo de forma alguma as despesas com o pessoal e outros custos operacionais. O bar do parque de merendas da Serra do Montejunto está concessionado pelo período de 3 anos, até Abril de 2005. Relativamente ao bar da piscina municipal, decorreu durante o exercício de 2003 um curso de formação profissional na área da restauração. Com o aluguer da sala ao IEFP foi rentabilizado o espaço. Prevê-se para o ano de 2004, o início da sua exploração ou concessão.

No que diz respeito à organização de eventos, o ano 2003 pautou-se pela organização de algumas caminhadas pedestres pelo concelho com uma adesão razoável de pessoas; por alguns festivais de natação na piscina municipal; bem como pela participação nos eventos organizados pela Câmara Municipal. Prevê-se para o ano 2004 um incremento nesta área.

Os resultados obtidos neste segundo ano (— 57 625,10 euros) vieram confirmar o resultado do primeiro exercício (— 56 942,72 euros), ficando bastante distantes dos resultados previsionais apresentados no estudo de viabilidade económica da empresa, concluindo-se mais uma vez que este continha valores bastante desfasados da realidade. Verifica-se que, os proveitos são muito inferiores e os custos bastante superiores àqueles apresentados no estudo. As principais razões apresentadas para tal resultado líquido são:

O número de utentes da piscina municipal é ainda bastante inferior ao previsto e desejado;

Problemas de construção e instalação na piscina municipal, provocando avultados custos não previstos nem esperados;

Como a grande maioria dos utentes da piscina são alunos das diversas escolas do concelho, o pagamento da sua utilização é efectuado pela Câmara Municipal do Cadaval. Até este momento, o conselho de administração considerou que o valor por utente a pagar pela autarquia, fosse inferior ao valor a pagar pelos restantes utentes. No entanto, conclui-se que se trata de um montante manifestamente insuficiente para fazer face ao valor dos encargos correntes;

Sendo o museu municipal um espaço sem quaisquer fontes de receita, tem encargos consideráveis, nomeadamente custos com o pessoal.

O parque de campismo apenas iniciou a sua exploração em Julho de 2003, sendo o valor dos encargos muito superior ao valor das receitas provenientes das dormidas no parque. Há a salientar também o facto de terem existido durante o verão incêndios de grandes dimensões, que devastaram toda aquela área florestal de grande beleza natural, retraindo também por isso potenciais campistas;

A correcção proposta pelos Serviços de Inspeção Tributária significa um elevado custo contabilístico e financeiro para a empresa, agravando ainda mais o resultado do exercício. Inclusivamente, o valor pago pelos utentes da piscina tem incluído o IVA Com a correcção da taxa de 5% para 19% a Gescadaval, E. M., viu reduzido o valor das receitas e aumentado o valor do imposto a entregar ao estado.

2 — Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

A Direcção-Geral dos Impostos, através dos Serviços de Inspeção Tributária notificou a empresa municipal para o facto de ter que liquidar o IVA. à taxa normal, contrariando assim a prática exercida até então pela empresa, que procedera à liquidação do imposto à taxa reduzida.

Tal correcção alterou radicalmente os valores até aí apresentados, obrigando inclusivamente a empresa a regularizar o imposto já liquidado. Essa regularização vai originar que a empresa tenha que entregar ao estado IVA. no valor de aproximadamente 18 000 euros, acrescido de juros. Trata-se de um facto que vem agravar ainda mais a já de si muito débil situação financeira e económica da empresa municipal.

3 — Evolução previsível da actividade

O conselho de administração considera que no exercício de 2004 a empresa conseguirá melhorar a rentabilização da piscina municipal, através de um aumento do número de utentes e das receitas propondo que a Câmara Municipal aumente o valor a pagar por cada aluno.

Do parque de campismo rural da Serra do Montejunto, espera-se que tenha um considerável incremento do número de dormidas. O bar da piscina municipal confirmará a sua rentabilização.

No entanto, a subsistência da empresa está dependente de grandes enteadas de dinheiro que permitam liquidar os valores em dívida.

O conselho de administração pretende efectuar novo estudo de viabilidade económica da empresa municipal, que possibilite ainda no decorrer do exercício de 2004, a retoma económica e financeira da empresa, pretendendo que sejam excluídas as actividades não lucrativas, como é o caso do museu municipal, procurando optimizar outros equipamentos municipais.

Este novo estudo irá certamente aproximar-se mais da realidade, contando inclusivamente com o historial de dois anos de existência da empresa.

4 — Breve análise da situação económico-financeira da empresa

Em termos de análise de curto prazo, verifica-se que a empresa sobrevive com grandes limitações de tesouraria, sendo urgente e indispensável o aumento de receitas. Caso o montante de receitas não seja suficiente, a empresa terá forçosamente que obter outra forma de financiamento que lhe permita liquidar os elevados valores em crédito.

Por outro lado, a empresa municipal vê-se forçada a regularizar e restituir a perda de metade do seu capital social. Assim, o conselho de administração assume que o resultado líquido do exercício de 2004, deverá permitir que o capital próprio constante do balanço do exercício não seja inferior a metade do capital social da empresa municipal.

5 — Dívidas à administração fiscal e ao centro regional de segurança social

Os Serviços de Inspeção Tributária, após uma acção de fiscalização, propuseram a correcção do IVA até aqui liquidado à taxa reduzida, passando a ser liquidado à taxa normal, alegando que os serviços prestados pela empresa municipal não cumprem o disposto na verba 2.13 da lista I anexa do CIVA, excluindo assim a prática e ensino da natação da referida verba 2.13.

Assim, aguarda-se a recepção das respectivas liquidações oficiais para se proceder ao pagamento do montante proposto pelos referidos serviços, no valor de 12 488,88 euros.

O conselho de administração da Gescadaval, E. M., decidiu na sequência deste proposta de correcção, passar a liquidar IVA à taxa normal em todos os serviços sujeitos a liquidação do imposto.

Com este medida, verificou-se que a empresa tem que efectuar a regularização do montante de 5449,43 euros relativa aos 2.º, 3.º e 4.º trimestres do exercício de 2003.

6 — Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração propõe que o resultado líquido do exercício, negativo no montante de 57 625,10 euros, seja transferido na sua totalidade para a conta de resultados transitados.

7 — Agradecimentos

O conselho de administração da empresa aproveite a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Cadaval, 9 de Fevereiro de 2004. — O Conselho de Administração:
Aristides Lourenço Sécio — José Bernardo Nunes — Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa.

Balanço sintético em 2003

ACTIVO						(Em euros)
Código das contas			2003			2002
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
C		Imobilizado:				
I	43+443+449	Imobilizações incorpóreas	2 079,63	1 386,28	693,35	1 386,49
II	42+442+448	Imobilizações corpóreas	5 961,13	2 267,18	3 693,95	4 827,54
III	41+441+447	Investimentos financeiros	—	—	—	—
			8 040,76	3 653,46	4 387,30	6 214,03
D		Circulante:				
I	32 a 37	Existências	4 828,78	—	4 828,78	4 399,40
II		Dívidas de terceiros:				
		Médio e longo prazos	—	—	—	—
	21+22+24/6	Curto prazo	2 598,43	—	2 598,43	6 736,61
III	15+18	Títulos negociáveis	—	—	—	—
IV	11 a 14	Depósitos bancários e caixa	1 280,61	—	1 280,61	2 042,66
			8 707,82	—	8 707,82	13 178,67
E	27	Acréscimos e diferimentos	3 043,93	—	3 043,93	3 907,84
		Total do activo	19 792,51	3 653,46	16 139,05	23 300,54
PASSIVO						
Código das contas			2003		2002	
CEE	POC					
A		Capital próprio:				
I	51	Capital		49 879,79	49 879,79	
		Acções (quotas) próprias:				
	521	Valor nominal		—	—	
	522	Prémios e descontos		—	—	
	53	Prestações suplementares		—	—	
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas)		—	—	
III	56	Reservas de reavaliação		—	—	
IV		Reservas:				
	571	Legais		—	—	
	572/6+58	Outras		—	—	
V	59	Resultados transitados		(56 942,72)	—	
		Subtotal		(7 062,93)	49 879,79	
VI	88	Resultado líquido do exercício		(57 625,10)	(56 942,72)	
	89	Dividendos antecipados		—	—	
		Total do capital próprio		(64 688,03)	(7 062,93)	
B 29		Provisões para riscos e encargos		—	—	

(Em euros)

Código das contas			2003	2002
CEE	POC			
C21/6		Dívidas a terceiros:		
		Médio e longo prazos	—	—
		Curto prazo	66 613,00	17 769,38
		Subtotal	66 613,00	17 769,38
D 27		Acréscimos e diferimentos	14 214,08	12 594,09
		Total do passivo	80 827,08	30 363,47
		Total do capital próprio e do passivo	16 139,05	23 300,54

O Conselho de Administração: Aristides Lourenço Sécio — José Bernardo Nunes — Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa.

Demonstração sintética dos resultados em 2003

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

Código das contas			2003		2002
CEE	POC				
A					
2.a)	61	CMVMT	35 488,91		31 777,96
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos	50 268,03	85 756,94	29 764,53
					61 542,49
3		Custos com o pessoal:			
3.a)	641+642	Remunerações	67 867,21		46 465,68
3.b)	643/8	Encargos sociais	13 260,32	81 127,53	9 988,42
					56 454,10
4.a)	66	Amortiz. de imobiliz. corpóreo e incorpóreo	1 826,73		1 826,73
4.b)	67	Provisões	—	1 826,73	—
					1 826,73
5	63	Impostos	4 442,52		70,00
5	65	Outros custos operacionais	70,00	4 512,52	54,87
					124,87
		(A)		173 223,72	
					119 948,19
6	661+683+684	Amort. e provisões de aplic. e invest. financ.	—		—
7	681+...	Juros e custos assimilados	320,71	320,71	82,50
					82,50
		(C)		173 544,43	
				8 054,26	120 030,69
10	69	Custos e perdas extraordinários			—
		(E)		181 598,69	120 030,69
8+11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício		—	—
		(G)		181 598,69	120 030,69
13	88	Resultado líquido do exercício		(57 625,10)	(56 942,72)
				123 973,59	63 087,97

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas			2003		2002
CEE	POC				
B					
1	71+72	Vendas e prestações de serviços		92 248,99	60 368,03
2		Varição da produção		—	—
3	75	Trabalhos para a própria empresa		—	—
4	74	Subsídios à exploração	23 962,89		—
4	73+76	Proveitos suplementares e outros	7 752,47	31 715,36	2 680,37
					2 680,37
		(B)		123 964,35	63 048,40
5	784	Rendimentos de participações de capital	—		—
6	7812+7815...	Rendimento de títulos de negociação e outras aplicações financeiras	—		—
7	7811+7813...	Outros juros e proveitos assimilados	9,24	9,24	39,57
					39,57

(Em euros)

Código das contas			2003	2002
CEE	POC			
		(D)	123 973,59	63 087,97
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários	—	—
		(F)	123 973,59	63 087,97
Resumo:				
Resultados operacionais (B)–(A) =			(49 259,37)	(56 899,79)
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =			(311,47)	(42,93)
Resultados correntes (D)–(C) =			(49 570,84)	(56 942,72)
Resultados antes de impostos (F)–(E) =			(57 625,10)	(56 942,72)
Resultado líquido do exercício (F)–(G) =			(57 625,10)	(56 942,72)

O Conselho de Administração: *Aristides Lourenço Sécio — José Bernardo Nunes — Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa.*

Relatório e parecer do fiscal único

Em cumprimento com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso relatório sobre a fiscalização das contas de Gescadaval — Gestão de Instalações e Equipamentos de Desporto, Cultura e Lazer, E. M., referente ao exercício de 2003.

Ao longo do exercício, acompanhámos regularmente a actividade da sociedade, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato da sociedade.

A administração e os serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

O relatório de gestão explana, com suficiente clareza, a situação da sociedade durante o exercício.

Consideramos que o balanço, a demonstração dos resultados e dos fluxos de caixa e os respectivos anexos satisfazem os preceitos legais e estatutários, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício e apresentam correctamente a situação financeira da empresa, como indicado na certificação legal das contas.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas correspondem à correcta avaliação do património social.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização da sociedade.

Posto o que o fiscal único deliberou formular o seguinte parecer:

Procedemos à fiscalização da gerência de Gescadaval — Gestão de Instalações e Equipamentos de Desporto, Cultura e Lazer, E. M., em resultado do qual somos de parecer que:

a) Aproveis o relatório de gestão e as contas referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2003;

b) Aproveis a proposta da administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2003. — O Fiscal Único, A. Paredes, A. Oliveira e M. Branco — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Armando Nunes Paredes*.

Relatório e contas de 2004

Relatório do conselho de administração

Através do presente relatório de gestão, vem o conselho de administração da empresa, dar conhecimento à Câmara Municipal do Cadaval e terceiros que com a empresa têm relações, de alguns aspectos que considera mais relevantes e relacionados com a actividade desenvolvida pela Gescadaval — Gestão de Instalações e Equipamentos de Desporto, Cultura e Lazer, E. M., no exercício de 2004.

1 — Evolução da actividade da empresa

Em 2004, a empresa municipal continuou a laborar, procurando desenvolver a sua actividade da forma mais rentável possível, em virtude das enormes limitações financeiras.

A piscina municipal sofreu um significativo decréscimo, provocado pelo seu encerramento ao público entre os meses de Agosto e No-

vembro, para que o empreiteiro pudesse efectuar reparações no interior dos tanques. Como consequência, a facturação diminuiu em cerca de 30% relativamente ao ano anterior. O número de utentes encontra-se ainda muito distante daquele que foi apresentado no estudo de viabilidade inicial. A esmagadora maioria dos utentes são estudantes, sendo o montante recebido pela sua utilização da piscina inferior ao dos restantes utentes.

O museu municipal continua a não proporcionar a realização de receitas, exigindo da empresa municipal elevados encargos, prove-nientes essencialmente dos custos com o pessoal.

O parque de campismo rural da Serra do Montejunto quase que triplicou o montante da facturação obtida no ano anterior. No entanto, continua a ser manifestamente insuficiente, não suprimindo de forma alguma as despesas com o pessoal e outros custos operacionais.

O bar do parque de merendas da Serra do Montejunto está novamente num processo de concurso para nova concessão, pelo período de três anos. Relativamente ao bar da piscina municipal, decorreu durante o exercício de 2004 mais um curso de formação profissional na área da restauração. Com o aluguer da sala ao IEPF foi rentabilizado o espaço. Prevê-se para o ano de 2005 o início da sua exploração ou concessão, visto não haverem perspectivas de obtenção de novo protocolo.

No que diz respeito à organização de eventos, no ano 2004 foram organizadas algumas actividades envolvendo os alunos das escolas do concelho, permitindo criar uma interacção constante. Organizaram-se diversas caminhadas pedestres pelo concelho com uma adesão razoável de pessoas; alguns festivais de natação na piscina municipal; bem como a participação nos eventos organizados pela Câmara Municipal:

Na Animarte, através da representação da empresa num stand no interior do certame, bem como da organização de um torneio de futebol, com a utilização do insuflável, numa clara alusão ao Euro 2004 realizado em Portugal;

Na Festa das Adiafas e do Vinho Leve da Região, colaborou na realização do certame;

Integrado nas comemorações do XXX aniversário do 25 de Abril realizaram-se diversas actividades na Serra do Montejunto, mostrando e proporcionando a pessoas de todas as idades, os jogos tradicionais de antigamente;

Foi também assinalado o Dia Mundial do Coração, através da realização de diversas actividades físicas e desportivas, bem como campanhas de sensibilização para promover um estilo de vida saudável.

Os resultados obtidos neste terceiro ano (— 14 807,28 euros) vieram confirmar a tendência dos anos anteriores, embora que, com um resultado líquido negativo substancialmente melhor. Mesmo assim, ficaram bastante distantes dos resultados previsionais apresentados no estudo de viabilidade económica da empresa, concluindo-se mais uma vez que este continha valores O bastante desfasados da realidade, quer pelos proveitos muito inferiores, quer pelos custos bastante superiores aqueles apresentados no estudo. As principais razões apresentadas para tal resultado líquido são:

O encerramento da piscina municipal entre Agosto e Novembro, resultante da necessidade inadiável da reparação dos tanques para além de inviabilizar a obtenção de receitas, implicou a manutenção dos custos fixos;

O aumento galopante do preço do gasóleo, aumentando ainda mais os custos de exploração;

O número de utentes da piscina municipal é ainda bastante inferior ao previsto e desejado;

O elevado custo da manutenção do equipamento da piscina municipal;

Como a grande maioria dos utentes da piscina são alunos das diversas escolas do concelho, o pagamento da sua utilização é efectuado pela Câmara Municipal do Cadaval. Até este momento, o conselho de administração considerou que o valor por utente a pagar pela autarquia, fosse inferior ao valor a pagar pelos restantes utentes. No entanto, conclui-se que se trata de um montante manifestamente insuficiente para fazer face ao valor dos encargos correntes;

Sendo o museu municipal um espaço sem quaisquer fontes de receita, tem encargos consideráveis, nomeadamente custos com o pessoal;

O parque de campismo que, embora tenha aproximadamente triplicado o montante da facturação, o valor dos encargos continua a ser muito superior ao valor das receitas provenientes das dormidas no parque;

A correcção proposta pelos Serviços de Inspecção Tributária significa um elevado custo contabilístico e financeiro para a empresa, agravando ainda mais o resultado do exercício. Inclusivamente, o valor pago pelos utentes da piscina tem incluído o IVA. Com a correcção da taxa de 5% para 19%, a Gescadaval, E. M., viu reduzido o valor das receitas e aumentado o valor do imposto a entregar ao estado.

2 — Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

3 — Evolução previsível da actividade

O conselho de administração considera que no exercício de 2005 a empresa conseguirá melhorar a rentabilização da piscina municipal, através de um aumento do número de utentes e das receitas propondo que a Câmara Municipal aumente o valor a pagar por cada aluno, compatível com a realidade dos custos.

Do parque de campismo rural da Serra do Montejunto, espera-se que continue a aumentar o número de dormidas. O bar da piscina municipal confirmará a sua rentabilização. Está a ser preparado o projecto de turismo de aldeia, esperando-se desta forma incrementar a promoção e oferta turística da região.

No entanto, a subsistência da empresa está dependente de grandes entradas de dinheiro que permitam liquidar os valores que se encontram em dívida.

O conselho de administração sugere que seja efectuado um novo estudo de viabilidade económica da empresa municipal, que possibilite já no decorrer do exercício de 2005, a retoma económica e financeira da empresa, pretendendo que sejam excluídas as actividades não lucrativas, como é o caso do museu municipal, procurando otimizar outros equipamentos municipais. Este novo estudo irá certamente aproximar-se mais da realidade, contando inclusivamente com o historial de três anos de existência da empresa.

4 — Breve análise da situação económico-financeira da empresa

Verifica-se que a empresa sobrevive com grandes limitações de tesouraria, sendo urgente e indispensável o aumento de receitas. Caso esse aumento não seja suficiente, a empresa terá forçosamente que obter outra forma de financiamento que lhe permita liquidar os elevados valores em dívida.

Até ao momento, a empresa municipal não conseguiu regularizar e restituir a perda de metade do seu capital social, conforme estipulado no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Desta forma, o conselho de administração propõe-se alcançar no exercício de 2005, um resultado líquido que deverá permitir que o capital próprio constante do balanço do exercício recupere para valores não inferiores a metade do capital social da empresa municipal, procurando a obtenção de mais receitas, quer através da optimização dos equipamentos de que dispõe, quer através da organização de eventos lucrativos, quer ainda através da realização de outras actividades, nomeadamente a formação profissional e do projecto de turismo de aldeia.

O conselho de administração irá ainda estudar a possibilidade de proceder a um aumento do capital social da empresa municipal, podendo este acontecer de duas hipóteses distintas:

Através de um simples aumento, por parte do sócio da empresa (Câmara Municipal Cadaval);

Através da abertura do capital social da empresa municipal a terceiros, implicando a alteração da sua caracterização jurídica, sem que isso signifique a perda da relação de domínio por parte do município.

5 — Dívidas à administração fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

Os Serviços de Inspecção Tributária, após uma acção de fiscalização, propuseram a correcção do IVA até esse momento liquidado à taxa reduzida, passando a ser liquidado à taxa normal, alegando que os serviços prestados pela empresa municipal não cumprem o disposto na verba 2.13 da lista I anexa do CIVA, excluindo assim a prática e ensino da natação da referida verba 2.13. Assim, encontra-se em contencioso o processo de contra-ordenação instaurado pela Direcção-Geral dos Impostos, que vem reclamar a quantia de 12 488,88 euros, tendo já sido deduzido o montante de 7363,87 euros através da execução da garantia bancária referente ao reembolso do IVA

O conselho de administração da Gescadaval, E. M., decidiu na sequência da proposta de correcção elaborada pela Direcção-Geral dos Impostos, passar a liquidar IVA à taxa de 19% em todos os serviços sujeitos a liquidação do imposto, independentemente do desfecho jurídico que se vier a verificar. No entanto, e como não é ainda conhecida a decisão da reclamação judicial imposta pela empresa municipal, encontra-se por regularizar o montante de 4778,75 euros relativo ao período que mediou entre a declaração subsequente ao pedido de reembolso do IVA e a notificação da Direcção-Geral dos Impostos, ou seja, 2.º, 3.º e 4.º trimestres do exercício de 2003. Este montante será regularizado caso venha a ser dada razão à decisão da DGI.

6 — Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração propõe que o resultado líquido do exercício, negativo no montante de 14 807,28 euros, seja transferido na sua totalidade para a conta de resultados transitados.

7 — Agradecimentos

O conselho de administração da empresa aproveita a oportunidade para agradecer o desempenho prestado por todos os colaboradores, bem como a clientes, fornecedores, instituições bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Cadaval, 9 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração: *Aristides Lourenço Sécio — José Bernardo Nunes — Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa.*

Balanço sintético em 2004

ACTIVO

						(Em euros)
Código das contas			2004			2003
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
C		Imobilizado:				
I	43+443+449	Imobilizações incorpóreas	2 079,63	2 079,63	—	693,35
II	42+442+448	Imobilizações corpóreas	6 331,55	3 524,39	2 807,16	3 693,95
III	41+441+447	Investimentos financeiros	—	—	—	—
			8 411,18	5 604,02	2 807,16	4 387,30

Código das contas			2004			2003
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
D		Circulante:				
I	32 a 37	Existências	3 369,56	—	3 369,56	4 828,78
II		Dívidas de terceiros:				
		Médio e longo prazos	—	—	—	—
	21+22+24/6	Curto prazo	4 445,87	—	4 445,87	2 598,43
III	15+18	Títulos negociáveis	—	—	—	—
IV	11 a 14	Depósitos bancários e caixa	2 856,63	—	2 856,63	1 280,61
			10 672,06	—	10 672,06	8 707,82
E	27	Acréscimos e diferimentos	1 288,01	—	1 288,01	3 043,93
		<i>Total do activo</i>	20 371,25	5 604,02	14 767,23	16 139,05

PASSIVO

Código das contas				2004	2003
CEE	POC				
A		Capital próprio:			
I	51	Capital		49 879,79	49 879,79
		Acções (quotas) próprias:			
	521	Valor nominal		—	—
	522	Prémios e descontos		—	—
	53	Prestações suplementares		—	—
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas)		—	—
III	56	Reservas de reavaliação		—	—
IV		Reservas:			
	571	Legais		—	—
	572/6+58	Outras		—	—
V	59	Resultados transitados		(114 567,82)	(56 942,72)
		<i>Subtotal</i>		(64 688,03)	(7 062,93)
VI	88	Resultado líquido do exercício		(14 807,28)	(57 625,10)
	89	Dividendos antecipados		—	—
		<i>Total do capital próprio</i>		(79 495,31)	(64 688,03)
B 29		Provisões para riscos e encargos		—	—
C21/6		Dívidas a terceiros:			
		Médio e longo prazos		—	—
		Curto prazo		79 660,76	66 613,00
		<i>Subtotal</i>		79 660,76	66 613,00
D 27		Acréscimos e diferimentos		14 601,76	14 214,08
		<i>Total do passivo</i>		94 262,54	80 827,08
		<i>Total do capital próprio e do passivo</i>		14 767,23	16 139,05

O Conselho de Administração: Aristides Lourenço Sécio — José Bernardo Nunes — Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa.

Demonstração sintética dos resultados em 2004

CUSTOS E PERDAS

Código das contas				2003	2002
CEE	POC				
A					
2.a)	61	CMVMT	26 515,19	35 488,91	
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos	57 425,77	50 268,03	85 756,94

(Em euros)

Código das contas			2003		2002	
CEE	POC					
3		Custos com o pessoal:				
3.a)	641+642	Remunerações	68 391,00		67 867,21	
3.b)	643/8	Encargos sociais	12 427,46	80 818,46	13 260,32	81 127,53
4.a)	66	Amortiz. de imobiliz. corpóreo e incorpóreo	1 950,56		1 826,73	
4.b)	67	Provisões	—	1 950,56	—	1 826,73
5	63	Impostos	5,00		4 442,52	
5	65	Outros custos operacionais	70,00	75,00	70,00	4 512,52
		(A)		166 784,98		173 223,72
6	661+683+684	Amort. e provisões de aplic. e invest. financ.	—		—	
7	681+...	Juros e custos assimilados	1 141,94	1 141,94	320,71	320,71
		(C)		167 926,92		173 544,43
10	69	Custos e perdas extraordinários		—		8 054,26
		(E)		167 926,92		181 598,69
8+11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício		—		—
		(G)		167 926,92		181 598,69
13	88	Resultado líquido do exercício		(14 807,28)		(57 625,10)
				153 119,64		123 973,59

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas			2003		2002	
CEE	POC					
B						
1	71+72	Vendas e prestações de serviços		66 967,63		92 248,99
2		Variação da produção		—		—
3	75	Trabalhos para a própria empresa		—		—
4	74	Subsídios à exploração	72 320,94		23 962,89	
4	73+76	Proveitos suplementares e outros	13 818,47	86 139,41	7 752,47	31 715,36
		(B)		153 107,04		123 964,35
5	784	Rendimentos de participações de capital	—		—	
6	7812+7815...	Rendimento de títulos de negociação e outras aplicações financeiras	—		—	
7	7811+7813...	Outros juros e proveitos assimilados	12,60	12,60	9,24	9,24
		(D)		123 973,59		63 087,97
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		—		—
		(F)		153 119,64		123 973,59

Resumo:

Resultados operacionais (B)–(A) =	(13 677,94)	(49 259,37)
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	(1 129,34)	(311,47)
Resultados correntes (D)–(C) =	(14 807,28)	(49 570,84)
Resultados antes de impostos (F)–(E) =	(14 807,28)	(57 625,10)
Resultado líquido do exercício (F)–(G) =	(14 807,28)	(57 625,10)

O Conselho de Administração: Aristides Lourenço Sécio — José Bernardo Nunes — Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa.

Relatório e parecer do fiscal único

Em cumprimento com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso relatório sobre a fiscalização das contas de Gescadaval — Gestão de Instalações e Equipamentos de Desporto, Cultura e Lazer, E. M., referente ao exercício de 2004.

Ao longo do exercício, acompanhamos regularmente a actividade da sociedade, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato da sociedade.

A administração e os serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

O relatório de gestão explana, com suficiente clareza, a situação da sociedade durante o exercício.

Consideramos que o balanço, a demonstração dos resultados e dos fluxos de caixa e os respectivos anexos satisfazem os preceitos legais e estatutários, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício e apresentam correctamente a situação financeira da empresa, como indicado na certificação legal das contas.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas correspondem à correcta avaliação do património social.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização da sociedade.

Posto o que o fiscal único deliberou formular o seguinte parecer:

Procedemos à fiscalização da gerência de Gescadaval — Gestão de Instalações e Equipamentos de Desporto, Cultura e Lazer, E. M., em resultado do qual somos de parecer que aproveis o relatório de

gestão e as contas referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2004 e a proposta da administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2003. — O Fiscal Único, A. Paredes, A. Oliveira e M. Branco — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Armando Nunes Paredes*. 1000296268



PARTE J

BPN CRÉDITO — INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S. A.

Relatório n.º 13-B/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 12 190; identificação de pessoa colectiva n.º 502488468; data da inscrição: 22 de Agosto de 2005.

Elisabete Gomes Coelho da Silva, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução do balanço, demonstração de resultados e anexos ao balanço e demonstração de resultados arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas, da sociedade em epígrafe do ano de 2004.

Está conforme o original.

Lisboa, 8 de Novembro de 2005. — A Escriturária Superior, *Elisabete Gomes Coelho da Silva*.

Relatório e contas de 2004

Balanço em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO

	2004			2003
	Valor bruto	Amortizações e provisões	Valor líquido	Valor líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13 029	—	13 029	9 246
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	10 514 565	—	10 514 565	5 939 833
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	185 622	—	185 622	—
4 — Créditos sobre clientes	505 302 388	49 710 950	455 591 438	496 853 949
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	30 524 836	3 721 870	26 802 966	16 833 049
7 — Participações	—	—	—	—
8 — Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas	7 436 967	5 354 834	2 082 133	993 943
10 — Imobilizações corpóreas	20 639 135	7 216 439	13 422 696	18 635 940
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	9 462 675	1 219 272	8 243 403	10 002 705
15 — Contas de regularização	5 277 249	—	5 277 249	9 091 426
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	<i>589 356 467</i>	<i>67 223 365</i>	<i>522 133 101</i>	<i>558 360 091</i>

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

	2004	2003
1 — Débitos para com instituições de crédito:		
a) À vista	—	—
b) A prazo ou com pré-aviso	410 206 279	410 644 419
2 — Débitos para com clientes	15 352 143	17 261 760
3 — Débitos representados por títulos:		
a) Obrigações em circulação	—	2 490 000
b) Outros	—	45 000 000
4 — Outros passivos	11 619 831	10 107 176
5 — Contas de regularização	5 996 397	5 822 931
6 — Provisões para riscos e encargos:		
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	5 293 126	6 658 308